

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO DA PROCURADORIA-GERAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PGJMG**

Pregão Eletrônico nº 347/2022

UNITEDTECH SOLUÇÕES INTEGRADAS., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08.893.087/0001-85, com sede à Rua Cláudio Bernardes da Silva, n.º 1.257 – sala 01, bairro Segismundo Pereira, CEP 38408-312, na cidade de Uberlândia/MG, vem, por seu Procurador abaixo assinado apresentar suas **RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos seguintes fatos e motivos que se seguem:

I. FATOS

1. A Recorrente atua com forte destaque em âmbito nacional no mercado, muito respeitada no meio em que atua, conhecida pelos serviços de qualidade, honestidade e por estar sempre conforme a legalidade determinada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

2. Assim, deseja participar da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de administração e gerenciamento de margem consignável, processos de reembolso de despesas médicas e odontológicas da AMMP-Saúde, produtos obrigatórios e facultativos da PREVCOM-MG, controle das antecipações de crédito das verbas em atraso, para servidores e membros do Ministério Público de Minas Gerais, ativos e inativos e de pensionistas.

3. O certame ocorreu no dia 23 de janeiro de 2023 com a participação de diversas empresas já consagradas e experientes em Processos Licitatórios.

4. Ocorre que duas empresas apresentaram lances completamente desproporcionais ao que estavam sendo apresentados, causando assim de forma CONSCIENTE um transtorno durante a sessão pública.

5. Todavia, várias empresas apresentaram lances de forma como o Instrumento Convocatório previa, tendo inclusive a Recorrente apresentado proposta de valor consideravelmente vantajoso e benéfico à Contratante, vejamos:

Lances:

Data / hora	Fornecedor	Valor Total (R\$)	Foi excluído pelo pregoeiro?
23/01/2023 11:19:27	23.112.748/0001-81 - CONSIGNET SISTEMAS LTDA	R\$ 199.999,00	Não
23/01/2023 11:18:12	08.893.087/0001-85 - UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	R\$ 79.650,00	Não
23/01/2023 11:11:48	23.112.748/0001-81 - CONSIGNET SISTEMAS LTDA	R\$ 263.900,00	Não
23/01/2023 11:11:44	07.527.919/0001-87 - FACIL SOLUCOES TECNOLOGICAS EM INFORMATICA SA	R\$ 263.999,00	Não
23/01/2023 11:11:37	07.502.724/0001-82 - NEOCONSIG TECNOLOGIA S/A	R\$ 610.650,00	Não
23/01/2023 11:11:14	08.893.087/0001-85 - UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	R\$ 264.000,00	Não
23/01/2023 11:10:48	23.112.748/0001-81 - CONSIGNET SISTEMAS LTDA	R\$ 264.400,00	Não
23/01/2023 11:09:54	08.893.087/0001-85 - UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	R\$ 264.500,00	Não
23/01/2023 11:09:23	23.112.748/0001-81 - CONSIGNET SISTEMAS LTDA	R\$ 264.900,00	Não
23/01/2023 11:08:13	23.112.748/0001-81 - CONSIGNET SISTEMAS LTDA	R\$ 265.300,00	Não

Figura 1 - Lances apresentados durante a Sessão Pública.

6. Com isso, o justo e correto no caso em tela seria a desclassificação das empresas que apresentaram lances sem qualquer viabilidade/exequibilidade, apenas tumultuaram o certame, configurando assim completa má-fé por parte destas.

7. Frisa-se que as empresas possuem enorme experiência no mercado de licitações, sendo descabida a afirmação de “mero equívoco” na formulação da proposta, mas sim tumultuar o certame objetivando a sua anulação, vez que não possuíam proposta mais vantajosa à Administração.

8. Ainda, não há de se falar em prejuízo causado por equívoco interpretativo do Instrumento Convocatório uma vez que várias empresas conseguiram apresentar lances da forma em que era exigido, além dos diversos esclarecimentos apresentados durante o decorrer deste Processo Licitatório.

9. Portanto, a Revogação do presente certame é medida que não deve ser aplicada, tendo os princípios norteadores do processo licitatório sido respeitados a todo momento. A revogação é capaz de produzir um tratamento desigual em relação as empresas licitantes que se preparam e respeitaram o Instrumento Convocatório, além de ser capaz de promover um prejuízo ao Interesse Público que necessita do início da prestação de serviços aqui contratada.

10. Assim, é medida de direito a manutenção do certame, devendo, portanto, ser convocada a empresa que apresentou a melhor proposta comercial (inclusive bastante vantajoso quando comparado ao valor de referência), dando prosseguimento ao Processo Licitatório conforme trâmite padrão exigido.

11. Como tal situação configura grave ilegalidade e desrespeito aos princípios administrativos que regem os processos licitatórios, eis que se seguem as fundamentações do presente recurso

II. DIREITO

II.1. DA REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO - PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E DO PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO.

12. Conforme mencionado nos fatos, o Processo Licitatório foi revogado com fulcro no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 que assim dispõe:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art.59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

13. Deste modo, a revogação do processo licitatório ocorre mediante a primazia do interesse público, sendo anulado por ilegalidade.

14. Ocorre que no caso em tela a revogação produz efeito contrário ao almejado pelo dispositivo legal, uma vez que foi apresentada proposta comercial com valor EXEQUÍVEL bastante inferior ao Valor de Referência do Instrumento Convocatório.

15. Assim, é correto afirmar que a Administração Pública, e por consequência o Interesse Público, estariam sendo beneficiados com os valores que foram apresentados durante a Sessão Pública, sendo completamente descabida a anulação o certame.

16. Revogar o certame e anular as propostas apresentadas acarretaria um prejuízo imensurável.

17. Diante disso, entendemos ser necessário que seja realizada a revisão quanto a decisão de revogação do Pregão Eletrônico nº 347/2022, visto que, na realidade, as propostas finais apresentadas proporcionam vantagem econômica à Contratante.

18. Vale reforçar que o objetivo maior do procedimento licitatório é a **consecução do interesse público** aliada à observância dos Princípios Administrativos que regem o Processo Licitatório.

19. No caso em tela, conforme demonstração de viabilidade econômica, há de ser aplicado também a Primazia do Interesse Público. **A revogação do Processo Licitatório que inclusive já foi arrematado irá gerar uma mora desnecessária para início da prestação dos serviços contratados.**

20. Portanto, presentes os requisitos legais, não há de se falar em revogação do processo licitatório. Apesar da capacidade de aplicar-se o Princípio da Discricionariedade, este deve ser acompanhado do Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade.

21. No que tange a matéria do princípio da proporcionalidade, o mesmo Antonio José Calhau, dizer que:

consiste em agir com bom senso, prudência, moderação, tomar atitudes adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvem a prática do ato (O princípio da Razoabilidade dos Atos do Poder Público. Revista do Legislativo. Abril, 2009)

22. Desta forma, mesmo quando o administrador tem certa liberdade de escolha em seu momento de ato discricionário, ele não poderá tomar uma decisão **não razoável**. Assim sendo, pode-se afirmar que o princípio da razoabilidade é uma decorrência direta do princípio da legalidade.

23. Frisa-se: não há razoabilidade na decisão de revogação visto a demonstração de viabilidade/vantajosidade que serão garantidas pela proposta apresentada pela empresa arrematante.

24. Podemos ainda citar a proibição do excesso, princípio segundo o qual, na consecução de um fim, deve-se utilizar o meio estritamente adequado, evitando-se todo excesso.

25. Seria mesmo necessário revogação do processo licitatório já finalizado diante dos fatos e fundamentos aqui apresentados? Obviamente que não.

26. Conclui-se então que os interesses da sociedade devem prevalecer diante das necessidades específicas dos indivíduos, havendo a sobreposição das garantias do corpo coletivo, quando em conflito com as necessidades de um cidadão isoladamente. Em razão desta busca pelo interesse público, a Administração se põe em situação privilegiada, quando se relaciona com os particulares.

27. Portanto, a ausência de compreensão quanto algum termo do Instrumento Convocatório ou alguma empresa que foi SUPOSTAMENTE prejudicada, quando na realidade outras empresas foram capazes de participar de forma adequada da disputa, não é atitude capaz de macular um certame que garantiu a vantajosidade.

II.2. DO HISTÓRICO DA EMPRESA ZETRASOFT

28. Uma das empresas que tiveram atitudes na tentativa de prejudicar a condução do certame, Zetrasoft, apresentou uma proposta de R\$ 0,01.

29. Todavia, é oportuno informar quanto a Recurso Administrativo (documento anexo) interposto pela empresa Zetrasoft em 2019 no Pregão Presencial nº 141/SGAF/2019 realizado pelo município de São José dos Campos/SP quanto a empresa que apresentou lance inexecutável de R\$ 0,14 (quatorze centavos) por linha de inserção.

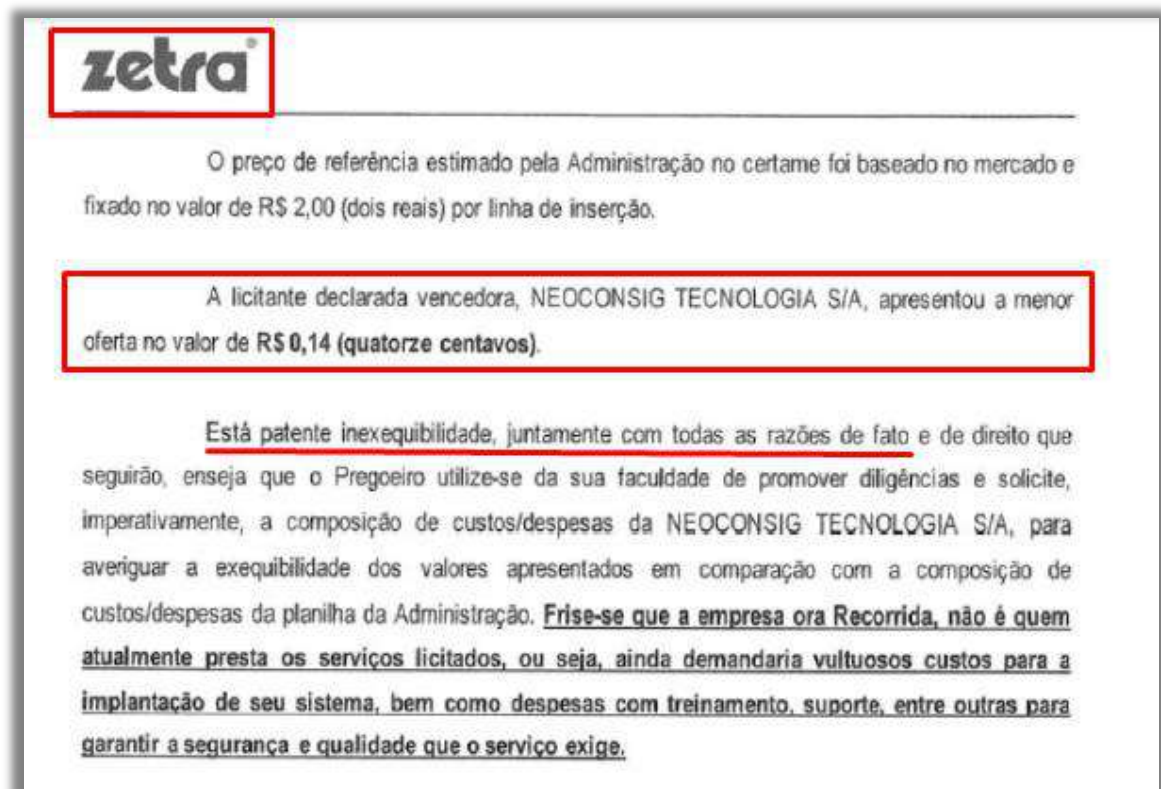


Figura 2 - Recurso Administrativo interposto pela empresa Zetrasoft.

30. **Ora, como seria possível a empresa Zetrasoft apresentar lance que a mesma considera inexequível?**

31. **Assim, é perceptível a má-fé da empresa que almejou prejudicar a condução do certame, tendo tomado atitudes completamente maliciosas, desejando na realidade apenas a postergação do presente Processo Licitatório.**

32. Desta forma, caso seja mantida a decisão de revogação, estaria à Contratante privilegiando uma atitude imbuída de má-fé, completamente desproporcional, de uma empresa que na realidade buscou prejudicar a Administração Pública e a Coletividade.

II.3. CONSEQUÊNCIAS DA CONDUTA ILEGAL PRATICADA PELA EMPRESA ZETRASOFT

33. De acordo entendimento do art. 93, impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório configura crime de licitação, com a aplicação de pena de detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa.

34. Cabe ressaltar que, de acordo com art. 4º da Lei nº.8.666/93:

Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

35. Sidney Bittencourt assevera que em qualquer momento do certame licitatório, incriminando as condutas de impedir (obstruir, obstar), perturbar (atrapalhar, tumultuar) ou fraudar (burlar, trapacear), estas condutas quando cometidas prejudicam o procedimento licitatório, estando configurado o crime. (BITTENCOURT, Sidney. Licitações Passo a Passo. 6ª ed. Ver., ampl. E atual. Belo Horizonte: Fórum, 2010).

36. O Código Penal traz figura semelhante, nos seguintes termos:

Art. 335 - Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Incorre na mesma pena quem se abstém de concorrer ou licitar, em razão da vantagem oferecida.

37. Desta forma, requer-se seja encaminhado os autos ao Ministério Público para que sejam tomadas as medidas cabíveis, tendo em vista a prática, em tese de amoldada ao tipo penal descrito.

38. Ainda, dispõe o artigo 7º da Lei do Pregão que ao licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução do objeto, não

manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de: IMPEDIMENTO de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será DESCRENCIADO do SICAF, ou nos sistemas de cadastro de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e demais cominações legais.

39. Desta forma, requer-se também a abertura de competente procedimento administrativo sancionatório para apurar a conduta inidônea das empresas **ZETRASOFT e QUANTUM WEB TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA** que, além de atrapalharem dolosamente o certame, por via transversa atacaram inclusive a honra da Comissão responsável.

III. DOS PEDIDOS

40. Pelo exposto e do mais que nos autos consta, espera e requer PROCEDÊNCIA deste Pedido de Reconsideração, para que seja revista a decisão de Revogação do Processo Licitatório, visto que, está sendo garantido à Contratante uma vantagem econômica, sendo contrário aos fundamentos da referida decisão, reestabelecendo a competitividade e isonomia hoje prejudicada.


41. Requer-se ainda, que seja oficiado ao Ministério Público e aberto competente procedimento administrativo sancionatório visando penalizar as empresas **ZETRASOFT e QUANTUM WEB TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA**, tendo em vista evidente conduta desleal com todos os participantes do certame.

42. Requer, ainda, que todas as intimações (bem como as cópias requeridas em caso de indeferimento) sejam enviadas ao *e-mail* mercadopublico@romanodonadel.com.br, em cópia para o *e-mail* wesley.avila@anovasolucoes.com.br, caso encaminhadas em meio físico, sejam direcionadas ao endereço Avenida dos Vinhedos, 200, Ed. Gávea Office, conjunto 04, Bairro Morada da Colina, Uberlândia-MG, CEP 38.411-159.

Nestes termos, aguarda deferimento.

Uberlândia/MG, 3 de fevereiro de 2023.

UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS.


 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa Departamento de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais			Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)	
NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) 31207861663	Código da Natureza Jurídica 2062	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio		

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP

 J193036285397

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

UBERLANDIA
Local

26 Fevereiro 2019
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
 Nome: _____
 Assinatura: _____
 Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR
 ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data

☐ SIM

☐ NÃO ____/____/____

Data

Responsável

Responsável

Processo em Ordem À decisão

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.				
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
			____/____/____ Data	_____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
<input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.				
<input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se.				
	____/____/____ Data	_____ Vogal	_____ Vogal	_____ Vogal
		Presidente da _____ Turma		

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7207493 em 27/02/2019 da Empresa UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, Nire 31207861663 e protocolo 190456671 - 25/01/2019. Autenticação: DF3DE951747F9922209BB3F56D5AE09BBA1B6EB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/045.667-1 e o código de segurança nknj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


 MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/045.667-1	J193036285397	25/01/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
037.328.156-09	WESLEY FERREIRA DE AVILA



SEGUNDO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

DENOMINAÇÃO SOCIAL: **UNITEDTECH SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA**

CNPJ (MF): **08.893.087/0001-85**

Endereço: **Rua Cláudio Bernardes da Silva, nº. 1257, Sala 01, Bairro Segismundo Pereira – Uberlândia - MG, CEP: 38408-312.**

EMENTA: Segunda alteração contratual da sociedade para alteração dos objetivos sociais, aumento de capital social e a consolidação do contrato social e outras avenças.

Pelo presente “Instrumento Particular de Alteração e Consolidação de Contrato Social” da Sociedade Limitada **UNITEDTECH SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA**, sediada na Rua Cláudio Bernardes da Silva, nº. 1257, Sala 01, Bairro Segismundo Pereira, CEP: 38408-312, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.893.087/0001-85, e Registro Público de Empresas Mercantis arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob n.º 3120786166-3, em 12/06/2007, e última alteração contratual também registrada no competente órgão em 08/05/2018 sob n.º 6778535, as partes:

WESLEY FERREIRA DE AVILA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 25/10/1978, inscrito no CPF/MF sob o nº. 037.328.156-09, portador da cédula de identidade nº. M-8.231.693, SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Cláudio Bernardes da Silva, nº. 1257, Bairro Segismundo Pereira, em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38408-312,

MEIRIELEN VIEIRA DE SOUSA, brasileira, solteira, empresária, nascida em 13/08/1977, inscrita no CPF/MF sob o nº. 055.136.946-97, portadora da cédula de identidade nº. MG-12.926.909, SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Cláudio Bernardes da Silva, nº. 1257, Bairro Segismundo Pereira, em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38408-312,

Celebram, através do presente instrumento particular, **ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL** da sociedade em epígrafe qualificada, obrigando-se a cumprir as cláusulas e condições que se seguem:

I – DAS ALTERAÇÕES

I.1 – DOS OBJETIVOS SOCIAIS

A sociedade passa a ter como objetivos sociais: ELABORACAO DE PROGRAMAS DE COMPUTADORES, SOB ENCOMENDA, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO CUSTOMIZAVEIS, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS,



ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMATICA, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO. ESTACIONAMENTO DE VEICULOS, SERVICOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICO, SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA, MANUSEIO DE DOCUMENTOS, MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, SERVICOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA, SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA, SERVICOS DE TELECOMUNICACOES SEM FIO, REPRESENTACAO COMERCIAL, DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, HOSPEDAGEM DE PAGINAS NA INTERNET, SERVICOS DE REDES DE TRANSPORTES DE TELECOMUNICACOES, SERVICOS DE PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACAO, COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPACAO, EXCETO HOLDINGS E HOLDINGS DE INSTITUICOES NAO FINANCEIRAS.

1.2- DO CAPITAL SOCIAL – AUMENTO

O capital social que é no valor de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, dividido em 50.000 (cinquenta mil) quotas com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, por força do presente instrumento de alteração passa a ser de **R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais)**, dividido em 114.000 (cento e quatorze mil) quotas com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) totalmente integralizado em moeda corrente nacional, ficando assim distribuído entre os quotistas:

NOME	Nº de Quotas	Valor
WESLEY FERREIRA DE AVILA	112.860	112.860,00
MEIRIELEN VIEIRA DE SOUSA	1.140	1.140,00
TOTAL	114.000	114.000,00

§ Único - As quotas são indivisíveis perante a sociedade e nas deliberações dos sócios, cada uma dará direito a um voto. As quotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Por fim, resolvem os sócios consolidarem o texto do Contrato Social da sociedade, o qual já refletindo as alterações acima, bem como outras julgadas necessárias, que passa a ter a seguinte redação:



II – CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

PREÂMBULO

WESLEY FERREIRA DE AVILA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 25/10/1978, inscrito no CPF/MF sob o nº. 037.328.156-09, portador da cédula de identidade nº. M-8.231.693, SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Cláudio Bernardes da Silva, nº. 1257, Bairro Segismundo Pereira, em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38408-312,

MEIRIELEN VIEIRA DE SOUSA, brasileira, solteira, empresária, nascido em 13/08/1977, inscrita no CPF/MF sob o nº. 055.136.946-97, portadora da cédula de identidade nº. MG-12.926.909, SSP/MG, residente e domiciliado à Rua Cláudio Bernardes da Silva, nº. 1257, Bairro Segismundo Pereira, em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, CEP: 38408-312,

Celebram, através do presente instrumento particular, **ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**, obrigando-se a cumprir as cláusulas e condições que se seguem, pelas partes livremente ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RAZÃO SOCIAL E SEDE

A sociedade gira sob a razão social de **UNITEDTECH SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA** e nome fantasia **UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS**, com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais na **Rua Cláudio Bernardes da Silva, nº. 1257, Sala 01, Bairro Segismundo Pereira, CEP: 38408-312.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade teve o início das suas atividades em 12/06/2007 e terá sua duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS OBJETIVOS SOCIAIS

A sociedade passa a ter como objetivos sociais: **ELABORACAO DE PROGRAMAS DE COMPUTADORES, SOB ENCOMENDA, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO CUSTOMIZAVEIS, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM INFORMATICA, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO. ESTACIONAMENTO DE VEICULOS, SERVICOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICO, SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO DE OBRA,**



MANUSEIO DE DOCUMENTOS, MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, SERVICOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA, SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA, SERVICOS DE TELECOMUNICACOES SEM FIO, REPRESENTACAO COMERCIAL, DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, HOSPEDAGEM DE PAGINAS NA INTERNET, SERVICOS DE REDES DE TRANSPORTES DE TELECOMUNICACOES, SERVICOS DE PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACAO, COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPACAO, EXCETO HOLDINGS E HOLDINGS DE INSTITUICOES NAO FINANCEIRAS.

CLÁUSULA QUARTA - DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

O capital social que é da importância de **R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais)**, dividido em 114.000 (cento e quatorze mil) quotas com valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelos sócios em moeda corrente, ficando assim distribuído entre os quotistas:

NOME	Nº de Quotas	Valor
WESLEY FERREIRA DE AVILA	112.860	112.860,00
MEIRIELEN VIEIRA DE SOUSA	1.140	1.140,00
TOTAL	114.000	114.000,00

§ Único - As quotas são indivisíveis perante a sociedade e nas deliberações dos sócios, cada uma dará direito a um voto. As quotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade caberá ao sócio administrador **WESLEY FERREIRA DE AVILA**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e



extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

§ 1º. - É expressamente vedado o uso da razão social em negócios estranhos aos objetivos sociais, tais como: fianças, endossos, avais, abonos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, sendo considerados nulos e inoperantes com relação à sociedade, comprometendo-se os sócios a reservarem seus avais exclusivamente em favor da sociedade de que façam parte.

§ 2º. - A título de pró-labore os sócios poderão fazer uma retirada mensal, dentro das exigências legais, bem como observando que as retiradas não venham a prejudicar o ritmo normal dos negócios sociais no que se refere a excessos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADO

O exercício social será encerrado no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, e demais demonstrações e relatórios exigidos pelas normas contábeis e pela legislação, cabendo aos sócios na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA OITAVA - DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS

As quotas são intransferíveis a qualquer título, sem a expressa anuência da sociedade, ficando assegurado aos sócios remanescentes o direito de preferência para a aquisição das quotas ofertadas.

§ 1º. - O sócio que desejar ceder ou transferir, total ou parcialmente suas quotas deverá expressamente notificar aos demais de sua intenção, especificando quantidade, valor e forma de pagamento, bem como o nome do eventual interessado, que poderá ser até um terceiro.

§ 2º. - Em prazo subsequente de trinta dias da efetivação da notificação, os sócios deverão expressamente manifestar se desejam exercer seu direito de preferência e/ou se possuem alguma restrição ao ingresso do eventual interessado na sociedade.

§ 3º. - O silêncio ou desistência de um ou alguns sócios de exercerem seu direito de preferência confere aos demais sócios o direito de preferência sobre as sobras de quotas



ofertadas, preferência essa que se exercerá sobre as mesmas ou em havendo mais de um interessado na proporção em que titularem o capital social.

§ 4º - Inocorrendo o exercício do direito de preferência por parte de todos os sócios remanescentes sobre as quotas ofertadas, e não havendo restrição ao ingresso do eventual interessado na sociedade, o sócio ofertante poderá alienar as quotas ao terceiro interessado, nas mesmas condições da oferta feita.

§ 5º. - Ocorrido o direito de preferência, far-se-á cessão das quotas, assinando-se a competente alteração do contrato social com o pagamento do valor.

§ 6º. - Na hipótese de ocorrer qualquer oposição ao nome do terceiro interessado, o sócio ofertante poderá optar por sua retirada, hipótese em que se procederá conforme previsto na cláusula 9ª.

CLÁUSULA NONA - DA DISSOLUÇÃO SOCIAL

A sociedade entrará em liquidação e dissolução nos casos legais ou quando assim deliberarem os sócios em reunião. Em ambas as hipóteses, os sócios deverão eleger o liquidante que funcionará durante o período da liquidação.

§ 1º. - Em caso de liquidação da sociedade, os ativos deverão ser utilizados para pagar todas as dívidas da sociedade e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios em proporção das respectivas quotas que cada um possuir.

§ 2º. - A morte, ausência, incapacidade ou exclusão de qualquer sócio não extinguirá a sociedade, que continuará com os sócios remanescentes. Os seus haveres serão calculados com base no último balanço geral levantado pela sociedade e pagos em dinheiro em 12 parcelas iguais, mensais e consecutivas, a primeira delas vencendo-se em 30 (trinta) dias contados do evento e as demais, sucessivamente, acrescidas da correção monetária fixada na lei.

§ 3º. - No caso de morte, os herdeiros e sucessores poderão ser admitidos na sociedade.

§ 4º. - Em caso de exclusão de sócio por qualquer das hipóteses previstas em lei, conforme a deliberação da maioria absoluta do capital social, não consideradas as quotas do sócio excluído, proceder-se-á conforme previsto em 9.3 retro.



CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

§ 1º. - As deliberações serão aprovadas por 80% (oitenta por cento) de votos, valendo cada quota um voto inclusive para alteração de cláusulas contratuais, bastando para tanto as assinaturas necessárias para materializar essa maioria e permitir o registro.

§ 2º. - O administrador declara sob penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

§ 3º. - Ao sócio dissidente de deliberação social cabe em prazo subsequente de 30 (trinta) dias do registro da alteração, a manifestação de seu dissenso, com o exercício de seu direito de retirada e procedendo-se como previsto na cláusula 9.

As partes elegem o foro da comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, estando os sócios justos e contratados, assinam o presente instrumento.

Uberlândia – MG, 07 de fevereiro de 2019.

Wesley Ferreira de Ávila
Sócio/Administrador

Meirielen Vieira de Sousa
Sócia





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

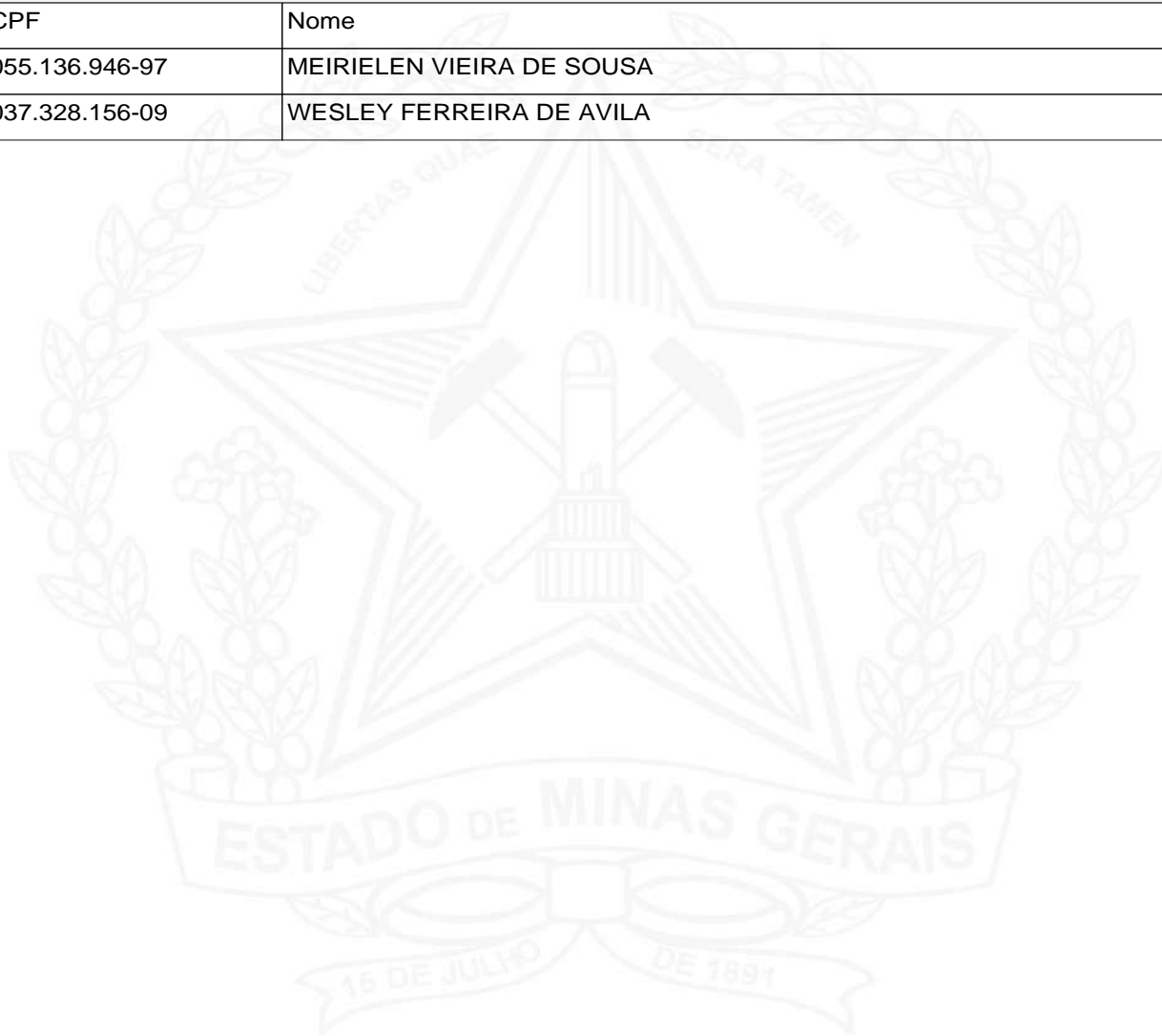
Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/045.667-1	J193036285397	25/01/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.136.946-97	MEIRIELEN VIEIRA DE SOUSA
037.328.156-09	WESLEY FERREIRA DE AVILA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO DOCUMENTO PRINCIPAL

REGISTRO DIGITAL

Eu, WESLEY FERREIRA DE AVILA, BRASILEIRA, SOLTEIRO, EMPRESARIO, DATA DE NASCIMENTO 25/10/1978, RG Nº M-8.231.693 SSP-MG, CPF 037.328.156-09, RUA CLAUDIO BERNARDES DA SILVA, Nº 1257, BAIRRO SEGISMUNDO PEREIRA, CEP 38408-312, UBERLANDIA - MG, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Uberlandia, 26 de Fevereiro de 2019.

WESLEY FERREIRA DE AVILA

Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7207493 em 27/02/2019 da Empresa UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, Nire 31207861663 e protocolo 190456671 - 25/01/2019. Autenticação: DF3DE951747F9922209BB3F56D5AE09BBA1B6EB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/045.667-1 e o código de segurança nknj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 11/13



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, de nire 3120786166-3 e protocolado sob o número 19/045.667-1 em 25/01/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7207493, em 27/02/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Zelia da Costa Cavalcanti.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
037.328.156-09	WESLEY FERREIRA DE AVILA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
037.328.156-09	WESLEY FERREIRA DE AVILA
055.136.946-97	MEIRIELEN VIEIRA DE SOUSA

Declaração Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
037.328.156-09	WESLEY FERREIRA DE AVILA

Belo Horizonte. Quarta-feira, 27 de Fevereiro de 2019

Marinely de Paula Bomfim: 87363895600

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7207493 em 27/02/2019 da Empresa UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, Nire 31207861663 e protocolo 190456671 - 25/01/2019. Autenticação: DF3DE951747F9922209BB3F56D5AE09BBA1B6EB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/045.667-1 e o código de segurança nknj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 12/13



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
150.862.326-00	ZELIA DA COSTA CAVALCANTI
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. Quarta-feira, 27 de Fevereiro de 2019



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7207493 em 27/02/2019 da Empresa UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS LTDA, Nire 31207861663 e protocolo 190456671 - 25/01/2019. Autenticação: DF3DE951747F9922209BB3F56D5AE09BBA1B6EB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 19/045.667-1 e o código de segurança nkknj Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/02/2019 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE(S): UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.893.087/0001-85, com sede à Rua Cláudio Bernardes da Silva, nº 1.257 – sala 01, bairro Segismundo Pereira, CEP 38408-312, na cidade de Uberlândia/MG;

OUTORGADO(S): WANDERLEY ROMANO DONADEL, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-MG sob nº 78.870 e CPF/MF sob nº 824.269.021-91, **DANIEL MARCELO ALVES CASELLA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-MG sob nº 159077 e CPF/MF sob nº 272.099.728-54 e **MARCELO BAETA ZANATTA**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB-MG sob o nº 219.100 e CPF/MF sob o nº 144.106.366-85, todos integrantes da sociedade de advogados Romano Donadel e Advogados Associados, registrada na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 2.169, com endereço à Av. dos Vinhedos, 200, conj. 4, Morada da Colina, Gávea Office, Uberlândia-MG, CEP 38411-159.

PODERES: amplos e gerais para o foro em geral, representar o(s) outorgante(s) em qualquer juízo, instância, tribunal ou repartição pública, usando os poderes da cláusula *ad judicia*, inclusive para receber e dar declarações, concordar ou discordar com custas, variar de ações, desistir, representar o(s) outorgante(s) na tentativa de conciliação prevista no CPC, art. 359, juntar ou retirar documentos, usar os recursos legais, enfim, representando e promovendo o que interesse for do(s) outorgante(s), podendo substabelecer com reserva de poderes, e assim, tudo mais que julgar necessário e útil ao bom e fiel cumprimento do presente mandato ao que tudo dará(ão) o(s) outorgante(s) por firme e valioso, ressaltando que: (a) o outorgado poderá transigir, desistir, receber e dar quitação e firmar compromisso e substabelecer, com ou sem reserva de iguais, os poderes aqui conferidos; (b) na hipótese do outorgado renunciar ao presente mandato, esse mesmo mandato será considerado automaticamente revogado em relação a todos os demais nomeados e substabelecidos com reservas de iguais após o decurso do prazo legal (Lei nº 8.906/94, art. 5º, § 3º); (c) no caso de desligamento de qualquer dos nomeados ou substabelecidos do escritório Romano Donadel e Advogados Associados, o presente mandato será automaticamente considerado revogado em relação a ele(a) e (d) esta procuração não implica poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido e renunciar ao direito sobre que se funda a ação.

Uberlândia-MG, 20 de setembro de 2022.

UNITEDTECH SOLUCOES
INTEGRADAS
LTDA:08893087000185

Assinado de forma digital por
UNITEDTECH SOLUCOES
INTEGRADAS
LTDA:08893087000185
Dados: 2022.09.20 14:25:34 -03'00'


UNITEDTECH SOLUCOES INTEGRADAS

ENC: Revogação - Processo Licitatório - Pregão Eletrônico nº 347/2022

Leticia Castro Silva <leticiacs.plansul@mpmg.mp.br>

Sex, 03/02/2023 12:08

Para: Sebastiao Nobre da Silva <nobre@mpmg.mp.br>

 3 anexos (2 MB)

2. Contrato Social - 2a Alteração.pdf; 3. Procuração UNITEDTECH.pdf; 1. Recurso Administrativo - Revogação da Licitação - PGJMG PE 347 2022.pdf;

Encaminhando para providências.

Atenciosamente,

**Leticia Castro Silva**

Assistente de Compras

Diretoria de Gestão de Compras e Licitações

Avenida Álvares Cabral 1740, 6º andar
Belo Horizonte - MG
CEP: 30170-008 - Tel.: (31) 3330-8307

De: Marcelo Zanatta | Romano Donadel <marcelo.zanatta@romanodonadel.com.br>**Enviado:** sexta-feira, 3 de fevereiro de 2023 11:38**Para:** Diretoria de Compras e Licitações <dgcl@mpmg.mp.br>**Cc:** Daniel Casella | Romano Donadel <daniel.casella@romanodonadel.com.br>;

wesley.avila@anovasolucoes.com.br <wesley.avila@anovasolucoes.com.br>;

comercial@anovasolucoes.com.br <comercial@anovasolucoes.com.br>

Assunto: Revogação - Processo Licitatório - Pregão Eletrônico nº 347/2022

Prezados, bom dia!

Foi publicada decisão referente ao Processo SEI nº 19.16.2179.0086967/2022-59, onde restou determinado a Revogação do presente processo licitatório.

Conforme conteúdo do despacho, utilizando o direito de Contraditório e Ampla Defesa, a empresa UNITEDTECH vêm por meio desta apresentar Recurso Administrativo em face da decisão de revogação.

Documentos anexos:

1. Recurso Adm;
2. Contrato Social; e,
3. Procuração.

Ainda, informamos que realizamos também o protocolo via Sistema SEI no Processo nº 19.16.2179.0086967/2022-59.

FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO!

Att.,



Marcelo Baeta Zanatta
+55 34 3229-0020 | +55 34 99127-5054

**ROMANO
DONADEL**

Av. dos Vinhedos, 200 | conj.4 | Gávea Office
Morada da Colina | 38411-159 | Uberlândia-MG

E-mail privilegiado e confidencial | Privileged and confidential e-mail